

GRUPOS POLÍTICOS DOMINANTES E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE O CORPO ADMINISTRATIVO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR) ENTRE 2003 E 2014¹

Marcus Roberto de Oliveira²

- Enviado em 18/04/2016
- Aprovado em 20/05/2016

RESUMO

As políticas públicas de saúde que versam sobre o saneamento ambiental estão fundamentadas como elementos essenciais para o exercício da cidadania e expressam, em especial, um consenso social acerca de suas necessárias formulações, implantações e administrações. Assim, poderia tal consenso, lavrado juridicamente, fomentar o exercício de poder e sustentar a vigência de determinado status quo numa determinada região? Nesse raciocínio, o presente artigo propõe, a partir de métodos prosopográficos e antropológicos, um estudo sobre o corpo administrativo da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), enfocando as pessoas que ocuparam essas posições estratégicas na companhia entre 2003 e 2014; período esse em que grupos políticos adversários (o PMDB de Roberto Requião entre 2003 e 2010, e o PSDB de Beto Richa entre 2011 e 2014) estiveram à frente da administração da empresa. Inicialmente sustentaremos a hipótese de que as políticas públicas de saneamento ambiental são importantes fomentadoras de capitais sociais indispensáveis para o exercício de poder na cena política paranaense em questão. Nesse sentido, a SANEPAR é uma instituição decisiva, em especial, nas iniciativas e nas deliberações do seu corpo administrativo.

Palavras-chave: Grupos dominantes na política paranaense. Corpo administrativo da SANEPAR entre 2003 e 2014. Poder. Capital social.

INTRODUÇÃO

O abastecimento de água tratada e própria para consumo, o manejo de águas pluviais, o sistema de esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos, a limpeza urbana e o controle de agentes patogênicos formam um conjunto de serviços que tem como objetivo promover a saúde das

¹ Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada no GT1: INSTITUIÇÕES E PODER: PARENTESCOS E GENEALOGIAS do VII Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR realizado de 11 a 13 de maio de 2016 em Curitiba.

² Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: mr_olivei@yahoo.com.br

comunidades envolvidas. Nessa lógica, tais ofícios podem ser compreendidos como procedimentos constituintes de políticas públicas de saúde que versam sobre o saneamento ambiental (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

Conforme a Constituição de 1988, as responsabilidades em torno da formulação e da implantação de serviços de saneamento ambiental estão distribuídas entre União, estados e municípios (BARROSO, 2007). E se observarmos as diretrizes nacionais acerca do tema, instituídas pela lei 11445 de 5 de janeiro de 2007³, é possível sustentar que a formulação e implantação desses ofícios públicos estão fundamentadas como um conjunto consensual de elementos sociologicamente essenciais para o exercício da cidadania. Assim, poderia tal consenso, também lavrado juridicamente, fomentar o exercício de poder e sustentar a vigência de determinado status quo⁴ numa determinada região? Ou ainda, a referida consonância em torno do saneamento ambiental mobiliza “capitais sociais”? Nessa situação, vigora um “campo de poder” (BOURDIEU, 1996).

Neste raciocínio, o presente texto é um primeiro balanço da etapa inicial de uma pesquisa de tese de doutoramento em sociologia política que propõe um estudo sobre o corpo administrativo da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a empresa responsável pelo saneamento ambiental no estado do Paraná⁵, que foi fundada em 1963 e que, nas inúmeras disputas paranaenses (políticas, eleitorais, econômicas, ambientais, etc.), tem presença constante na agenda de qualquer grupo político. Para ilustrar tal observação, a cúpula da SANEPAR se reuniu em 2011 e instituiu 30 cargos comissionados, os quais foram alcunhados como “consultores estratégicos”, e posteriormente mais 14 foram criados. Na interpretação do Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR), “para que um cargo comissionado em empresa pública exista, é necessário que haja uma lei”. Nessa lógica, em abril de 2014, aceitando a denúncia oferecida pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná (SENGE-PR), o MP-PR “recomendou que as funções fossem extintas, e que o Estatuto Social da empresa, que permite essa manobra, fosse alterado”⁶.

Mas a recomendação do MP-PR foi ignorada e, conseqüentemente, descumprida pela SANEPAR. Assim, na presente conjuntura, são 44 funcionários, cujos salários podem chegar à R\$

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111445.htm, acesso em 30 de setembro de 2014.

⁴ Os termos poder e status quo dizem respeito a um estabelecimento de grupos políticos tradicionalmente dominantes (FAORO, 2001).

⁵ Dos ofícios inerentes ao saneamento ambiental citados no início do texto, a SANEPAR tem como prioridade o abastecimento de água tratada para consumo, o esgotamento sanitário e o manejo de águas pluviais (<http://site.sanepar.com.br/categoria/investidores/informacoes-financeiras/relatorios-trimestrais>; acesso em 05 de julho de 2015). Nos demais trabalhos as participações da companhia serão sistematicamente analisadas ao longo da pesquisa.

⁶ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/mp-aponta-84-cargos-comissionados-ilegais-na-sanepar-e-na-cohapar-c1e5dqpprnuz4qqufn2kgib3t>; acesso em 05 de julho de 2015.

22 mil ao mês. E uma significativa quantidade desses cargos comissionados é ocupada por pessoas ligadas ao grupo político do governador Beto Richa; entre elas estão “ex-vereadores, ex-deputados, ex-prefeitos, esposa de secretário de Estado e dirigentes” da sucursal paranaense do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-PR) ⁷. Visto que “a recomendação” do MP-PR não foi cumprida, o órgão “ingressou em setembro (de 2014) com uma ação civil pública contra a companhia” ⁸.

As indicações políticas na SANEPAR são corriqueiras. Além de Beto Richa, nos governos Jaime Lerner (1994-2002 pelo antigo Partido da Frente Liberal - PFL) e Roberto Requião (2003-2010 pelo Partido de Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) o mesmo expediente também foi utilizado (OLIVEIRA, 2012).

Outro ponto que também figura de maneira muito intensa é a lucratividade da parte privada da SANEPAR. A existência desse setor é prevista no estatuto social da companhia e no ano de 2014. Juntamente com “o aumento do lucro dos sócios privados da empresa de água e esgoto”, também veio um aumento da “oferta de ações como garantia de obrigações contratuais em Parcerias Público-Privadas” ⁹.

As situações descritas podem ser compreendidas como exemplos práticos recentes do papel estratégico da SANEPAR na cena política paranaense e da utilização do saneamento ambiental enquanto meio de acumulação de capital social (especificamente, político, eleitoral e econômico) com o objetivo de exercício e permanência de poder? Nesse sentido, uma estrutura da SANEPAR merece atenção: o seu corpo administrativo. Conforme o estatuto da empresa¹⁰, tal departamento tem a função de aprovar, deliberar e retificar iniciativas que dizem respeito à sua atuação enquanto empresa mista (público-privada) nas diversas áreas organizacionais (políticas públicas, contratações, mercado de ações, empréstimos, financiamentos, etc.), bem como eleger os dirigentes da companhia. Desse modo, o corpo administrativo da SANEPAR, composto pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, do alto dos seus crivos

⁷ <http://www.esmaelmorais.com.br/2015/04/ministerio-publico-confirma-farra-com-cargos-comissionados-na-sanepar/>; acesso em 05 de julho de 2015.

⁸ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/mp-aponta-84-cargos-comissionados-ilegais-na-sanepar-e-na-cohapar-c1e5dqpprnuz4qqufn2kgib3t>; acesso em 05 de julho de 2015.

⁹ Idem nota 6.

¹⁰ http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/perfil_investidores_2012/estatuto_social_26032014; acesso em 05 de julho de 2015.

burocráticos, é o setor que avaliza as medidas administrativas da empresa e essas permeiam um universo que envolve interesses políticos contextualmente hegemônicos¹¹.

Nesse raciocínio, preliminarmente, é possível observar que essa estrutura burocrática de poder transcende orientações político ideológicas. E justamente para irmos além do senso comum, nossa sugestão de recorte temporal diz respeito ao período 2003-2014, no qual figuraram dois grupos políticos com propósitos distintos: o viés estatizante do governo Requião e o dogma liberal do governo Richa. Por meio dessa delimitação, as diferenças e semelhanças das referidas gestões servirão como elementos norteadores na caracterização das atuações de seus respectivos conjuntos político-administrativos junto à SANEPAR.

SANEAMENTO AMBIENTAL, ALIANÇAS, CONFLITOS E UMA CENA POLÍTICA MUNICIPALIZADA

Não há estudos publicados que entendam a SANEPAR enquanto instituição que permeia interesses políticos e econômicos, e que reproduz contextualmente um determinado status quo. No entanto, considerando as informações preliminarmente levantadas, existem inúmeros indícios que reforçam tal compreensão, especialmente quando processos políticos¹² são destacados num cenário em que o saneamento ambiental é definido enquanto fundamental e necessária política pública.

Alguns estudos na área de políticas públicas são pouco preocupados “com as questões políticas e fortemente” abancados “no pressuposto de que a formulação e a implementação de” tais iniciativas “são processos exclusivamente racionais e lineares” (SOUZA, 2003, p. 17). Nessa interpretação, uma política pública é definida como “um processo, que envolve decisões por parte de corpos e autoridades governamentais, e ações, realizadas por um ator ou um conjunto de atores, e é composto por metas e os meios para alcançá-las” (HELLER; CASTRO, 2007, p. 286). Assim, se tomarmos o saneamento ambiental como exemplo de política pública numa dada região, tal

¹¹ A ausência de estudos que compreendem a SANEPAR enquanto instituição sócio-política pode ser considerada a principal motivação para a presente pesquisa. Ao destacarmos tal atributo, nosso objetivo é abordar a SANEPAR a partir dos conflitos políticos e das ações dos grupos dirigentes hegemônicos que envolvem a instituição; é justamente nesse ponto que observamos a lacuna existente na literatura especializada em política paranaense, que não destaca a capacidade de fomento e reprodução do exercício do poder por parte daqueles providos de cargos estratégicos (administrativa e politicamente) na estatal.

¹² O termo processo político pode ser interpretado a partir do rumo das ações governamentais em relação aos interesses coletivos. Com este raciocínio, a dimensão do conflito de interesses fundamenta um processo político, pois “(...) as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas tem um efeito antecipativo para o processo político de decisão e implantação. Os custos e os ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político” (FREY, 2000, p. 223).

interpretação definirá essa atividade como um conjunto de obras, maquinários e serviços disponíveis para uma comunidade (BARROS, 1995). Nessa linha de pensamento, a funcionalidade de um sistema planejado que contempla a eficiência de serviços públicos é adotada como principal referência de análise, e os resultados de um conjunto racional e normativo figuram num primeiro plano e tendem a ficar desvinculados dos processos políticos.

As avaliações e as medidas (econômicas e políticas) do Estado promovem o surgimento de grupos políticos contrários um ao outro. Tais situações conflituosas podem ser compreendidas como ocorrências cotidianas na formulação, implantação e administração de políticas públicas. Nessa lógica, as situações e exercícios de poder são elementos importantes para estudos sobre as políticas públicas de saneamento ambiental, pois tais iniciativas, para além de um aparato técnico sistematizado, são resultantes de realidades de conflito de interesses que envolvem grupos políticos num dado contexto. Portanto, seu desdém tende a separação do “mundo do governo e da administração pública do mundo da política” (SOUZA, 2003, p. 17).

Nesta linha de raciocínio foi elaborado um estudo relacional envolvendo a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), as políticas públicas de saneamento ambiental no estado do Rio de Janeiro e os recursos de poder utilizados e distribuídos por pessoas, grupos e organizações que atuaram no setor entre 1975 e 1996 (MARQUES, 1999). Nesse panorama é proporcionada uma análise sistemática

(...) da rede de relações entre indivíduos, grupos e organizações que constitui a comunidade profissional do saneamento em nível local. Essa rede nos permite analisar a constituição da CEDAE como organização estatal ao longo dos anos, a dinâmica do poder no seu interior, e a sua inserção no ambiente político no qual ela opera, assim como explicar o padrão de contratação de empresas privadas responsáveis por obras e serviços de engenharia (Idem, p. 45).

A referida rede orienta as políticas estatais e pode ser delimitada pelos “capitais presentes em cada política” e pelos “atores estatais com ela envolvidos, tendo a comunidade profissional da política como campo ou ambiente” (Ibidem, p. 46). A partir dessa interação, as iniciativas de saneamento ambiental são fundamentadas e grupos políticos passam a atuar sistematicamente na organização estatal. Tal lógica também orientará nossa pesquisa. No entanto, nosso enfoque residirá sobre o corpo administrativo da SANEPAR (composto pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal) e, conseqüentemente, os grupos políticos que tradicionalmente influenciam suas deliberações e iniciativas.

Num contexto de estabilidade social, os grupos políticos envolvidos podem ser definidos como alianças sociais que atuam conforme diversos preceitos (políticos, econômicos, culturais,

ideológicos). Nessa atuação, o conceito de “campo de poder” (BOURDIEU, 1996) é um referencial importante, pois:

O campo do poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, a "taxa de câmbio" entre o capital cultural e o capital econômico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder (no caso francês, o campo das grandes escolas), são ameaçados (Idem, p.52).

As redes sociais e familiares são decisivas na estruturação das trajetórias individuais e coletivas nos diversos campos sociais (BERTAUX, 1979). Tais campos são oriundos dos diversos processos de diferenciação social (que dizem respeito à vivência e ao conhecimento do mundo) e possuem dinâmicas e regras de funcionamento próprias e autonomia relativa (BOURDIEU, 1996). O campo de poder é diferenciado em relação aos outros campos (político, burocrático, escolástico, artístico, etc.), sendo um espaço consolidado pelas relações de força entre as pessoas, os grupos e as instituições que lutam pela promulgação de normas e pela distribuição\administração dos capitais sociais específicos de cada campo envolvido. Nesse ponto, o termo capital social será compreendido enquanto um “conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter conhecimento e inter reconhecimento” (MATOS, 2009, p. 35)¹³.

Deste modo, a primeira hipótese de nossa pesquisa (e por enquanto a única) compreenderá a SANEPAR como uma instituição / expressão de um campo de poder permeado por tradicionais redes de relações que envolvem agentes e capitais sociais numa lógica de estabelecimento (institucionalização) de normas e interesses diversos, num contexto em que as políticas públicas de saneamento ambiental expressam um consenso social em torno da necessidade das mesmas, demandam significativos recursos para suas formulações, implantações e administrações, e fomentam significativamente capitais sociais (políticos, econômicos, eleitorais, administrativos, etc.) indispensáveis para o exercício de poder no período 2003 e 2014.

¹³ “O capital social de um indivíduo é determinado pelo tamanho de sua rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e o volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada uma das pessoas às quais ele tem alguma conexão. O capital social exerce, portanto, um papel multiplicador do capital existente em um determinado grupo de pessoas, deixando-o disponível a todos os membros desta rede” (SANTOS, 2003, p. 63).

Os processos históricos de urbanização e desenvolvimento (determinantes da sociedade urbana e industrial) consolidaram uma interdependência humana que contemplou feições sociais e espaciais. Assim, as realidades de cada grupo nela envolvidas são compartilhadas no conjunto social. Desse modo, os resultados da precariedade das condições de vida da população pobre e destituída fundamentam os problemas sociais acerca de saneamento ambiental numa determinada conjuntura. É plausível supor que tal situação abra espaço para a instituição de uma consciência coletiva social que define os serviços de saneamento ambiental como soluções necessárias, visto que as consequências de sua falta atingem a comunidade como um todo (HOCHMAN, 1998). Nesse ponto, a questão organizativa que envolve grupos políticos dominantes num dado contexto é uma importante referência de análise quando o assunto se refere às iniciativas de saneamento ambiental e aos processos políticos que determinam as mesmas. E isso tanto em termos de formulação, quanto nas partes de implantação e administração, pois o estabelecimento e a sustentabilidade do referido consenso são diretamente proporcionais à capacidade organizativa dos coletivos sociais envolvidos.

Neste ponto, é fundamental perguntarmos: quais (e de quem) são (ou serão) os interesses hegemônicos nas políticas públicas de saneamento ambiental que foram promovidas pela SANEPAR, entre 2003 e 2014? Além disso, verificar a forma como tal hegemonia política se sustenta (ou se sustentará) também é essencial.

A expressão hegemonia política será compreendida como a habilidade de um grupo social de estabelecer os seus interesses frente ao conjunto político que forma o poder instituído. A hegemonia de grupos sociais politicamente dominantes revela situações tradicionais (FAORO, 2001). Nesse sentido, para conferir hegemonia a um grupo social é necessário chamar atenção para a condição econômica objetiva, pois essa é efetiva na envergadura organizativa (associativismo e representação partidária) das coligações políticas dominantes (OLIVEIRA, 2012).

Há outra questão importante que também deve ser considerada quando se pretende estudar os processos e grupos políticos na formulação, implantação e administração de políticas públicas de saneamento ambiental: a qualidade política-federativa dos municípios brasileiros no pós-Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Sabemos que os municípios foram demudados em entes federativos. Por sua vez, o atributo de “ente federativo” é definido como unidade estatal, político-administrativo, com individualidade jurídica, governo próprio e atributo normativo (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003). Assim, essas unidades federativas passaram a dispor de relativa autonomia nos âmbitos “político, administrativo, legislativo e financeiro” e os municípios foram os principais beneficiários “da descentralização de recursos, que se avolumaram com a ampliação das transferências constitucionais” (Idem, p.126-127). Nesse panorama, o leque de questões que

contemplam conflitos e alianças é ampliado, o que torna o desempenho dos grupos políticos hegemônicos envolvidos mais complexo.

Portanto, o propósito dessa breve revisão é fundamentar as dimensões que envolvem o consenso social em relação ao saneamento ambiental e as alianças e conflitos políticos que vigoram numa variada cena política municipalizada. Conforme nosso entendimento, tais questões servirão como base na pretensa análise do corpo administrativo da SANEPAR e seus diversos exercícios de poder.

PROSOPOGRAFIA E ANTROPONOMIA

A vigência de interesses hegemônicos de grupos políticos, o consenso em torno da necessidade dos serviços de saneamento ambiental e o atributo institucional dos municípios brasileiros como entes federativos são questões fundamentais para o pretense mapeamento sistemático dos grupos políticos dominantes na SANEPAR. Assim, um detalhamento do modus operandi dos dirigentes que compõem o corpo administrativo da empresa será almejado por meio de procedimentos prosopográficos e antroponômicos.

O termo “prosopografia” pode ser compreendido como “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas”, e sua finalidade “é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior” (STONE, 2011, p. 115-116). Tal método é sugerido devido ao fato de apresentar instrumentos que podem detalhar grupos sociais tanto nas suas composições, quanto nas suas atuações públicas.

A antroponomia está associada à produção de pessoas no âmbito social. Na constante interação que envolve as produções materiais, que podem ser compreendidas como as condições materiais vigentes numa vivência humana, e as produções culturais, definidas enquanto as “aptidões para fazer este ou aquele trabalho, a exercer essa ou aquela atividade” (BERTAUX, p. 56). Nessa lógica, um procedimento antroponômico alude às participações da família, dos amigos, da escola, da igreja, da ocupação profissional e da própria pessoa. Tal orientação metodológica vai ao encontro das iniciativas prosopográficas, e esse conjugado proporciona que um instrumental complemente o outro, quando um grupo político é definido como objeto de estudo.

Numa primeira perspectiva, a ênfase da conjugação desses norteadores metodológicos reside nos vínculos familiares, intelectuais, profissionais e partidários. Nesse sentido, as relações de parentesco e as alianças constituídas serão os principais pontos explorados, por meio de consultas aos arquivos públicos disponíveis (em especial: aqueles administrados pela própria SANEPAR e pelos sindicatos envolvidos no cotidiano da empresa) bem como aos possíveis arquivos pessoais que poderão ser identificados ao longo da pesquisa. Nesse panorama, as expectativas de investigação atravessarão gerações e formarão um conjugado de agentes a partir de suas biografias, carreiras e respectivas ocupações no espaço social. Para atendê-las, analisaremos cada pessoa componente do corpo administrativo da SANEPAR, juntamente com seus pais, avós, cônjuges e demais descendentes e formadores das redes de relacionamento que fundamentam o exercício e a manutenção de poder, pois as relações familiares são elementos importantes na consolidação dessa composição (Ibidem, p. 66).

Concomitantemente a essa fase da pesquisa empírica, a atuação pública dos grupos dirigentes, a repercussão social de suas respectivas atuações à frente da companhia será sistematicamente minudenciada¹⁴. Assim, as fontes de imprensa (tanto a grande mídia corporativa, quanto o jornalismo alternativo) serão as principais referências. E juntamente, visto que trataremos de uma história recente, a realização de entrevistas junto aos integrantes do corpo administrativo da SANEPAR figura enquanto um procedimento muito interessante. Porém, independente de suas limitações, devido ao fato do exercício de poder e da manutenção do status quo fundamentar nosso pretense estudo, temos a consciência que esse importante instrumento metodológico pode ser inviável em determinadas situações.

Alguns dados já foram levantados e apresentam indícios de que a compreensão da SANEPAR enquanto expressão de um campo de poder, que atua no controle de outros campos sociais, num contexto em que o saneamento ambiental é consenso social (DURKHEIM, 2007; HOCHMAN, 1998), aparentemente revela algum sentido. Nas tabelas 1; 2; 3; 4; 5; e 6 seguem os nomes de conselheiros e diretores que compunham o corpo administrativo da companhia entre 2003 e 2014. Entre eles constam, em boa parte do governo Requião (2003-2010), “Pedro Henrique Xavier, cognominado de ‘PHX’, advogado” (OLIVEIRA, 2007, p. 159) que presidiu o Conselho de

¹⁴ Nessa etapa também será realizado um levantamento histórico – institucional sobre a SANEPAR. Tal arrolamento consiste numa sistematização de dados e informações oficiais que serão coletadas a partir de documentos disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, na Biblioteca Pública do Paraná, na SANEPAR e nos sindicatos profissionais envolvidos na operação da companhia.

Administração da empresa¹⁵, e Stenio Jacob no posto de Diretor Presidente. Também é possível identificar Ezequias Moreira Rodrigues, que ao longo do primeiro governo Beto Richa integrou a Diretoria de Relações com Investidores (2011-2012) e o Conselho Administrativo (2013-2014) da SANEPAR. Nesses três exemplos, todos os dirigentes eram pessoas de confiança dos governadores em seus respectivos mandatos¹⁶. Por meio de nossa proposta metodológica, o estudo objetiva detalhar e analisar sistematicamente tais relações políticas e sociais que permeiam a SANEPAR e seus grupos dominantes na política paranaense.

¹⁵ “O Conselho de Administração é o órgão deliberativo responsável por determinar as diretrizes e orientação geral para os negócios e por formular e expressar as políticas da Companhia” (OLIVEIRA, 2007, p. 159).

¹⁶ Ver OLIVEIRA, 2007; (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/richa-nomeia-pivo-do-caso-da-sogra-fantasma-como-secretario-0gj3y2iowct25bklng0hhoea6>; acesso em 03 de março de 2016) e (<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20040310/polemico-chefe-sanepar/17065.shtml>; acesso em 20 de janeiro de 2016).

TABELA 1 - DIRETORIAS EXECUTIVAS QUE ASSINARAM OS RELATÓRIOS ANUAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SANEPAR ENTRE 2003 E 2010.

* Não consta o nome e a assinatura do Diretor de Investimentos no documento referente ao ano de 2004.

DIRETORIA EXECUTIVA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Diretor-Presidente	Stênio Sales Jacob							Hudson Calefe
Diretor Administrativo	Cáio Júlio César Brandão	Heitor Wallace Espinola de Mello e Silva	Péricles de Holleben Mello	Stênio Sales Jacob	Hermes Rodrigues da Fonseca Filho			Evandro Marcos Dalmolin
Diretor Financeiro	Hudson Calefe							Heitor Wallace Espinola de Mello e Silva
Diretor de Operações	Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue		Wilson Barion					
Diretor Comercial	Stênio Sales Jacob		Paulo César Fiates Furiati	Amadeu Luiz de Mio Geara	Natálio Stica			Cesar Augusto Seleme Kehrig
Diretor de Investimentos	Domingos José Budel	*	Heitor Wallace Espinola de Mello e Silva					Eduardo Felipe Guidi
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social	Maria Arlete Rosa							Erivelto Luiz Silveira
Diretor Jurídico	**	***	Rogério Distéfano		Cezar Eduardo Ziliotto			
Diretor de Relações com Investidores	Germinal Poca					Hudson Calefe	Valter Aparecido Pegorer	Umberto Crispim de Araújo

** Não consta o nome e a assinatura do Diretor Jurídico no documento referente ao ano de 2003.

*** Não consta o nome e a assinatura do Diretor Jurídico no documento referente ao ano de 2004.

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

TABELA 2 - DIRETORIAS EXECUTIVAS QUE ASSINARAM OS RELATÓRIOS ANUAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SANEPAR ENTRE 2011 E 2014.

DIRETORIA EXECUTIVA	2011	2012	2013 e 2014
Diretor-Presidente	Fernando Eugênio Ghignone		
Diretor Administrativo	Antonio Hallage		
Diretor Financeiro	Dirceu Wichnieski		
Diretor de Operações	Paulo Alberto Dedavid		
Diretor Comercial	Antonio Carlos Salles Belinati		Emilia Salles Belinati
Diretor de Investimentos	João Martinho Cleto Reis Júnior		
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social	Péricles Sócrates Weber		
Diretor Jurídico	Flávio Luis Coutinho Slivinski		
Diretor de Relações com Investidores	Ezequias Moreira Rodrigues		Francisco Cesar Farah

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2011 a 2014.

TABELA 3 - CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE ASSINARAM OS RELATÓRIOS ANUAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SANEPAR ENTRE 2003 E 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2003	2004	2005 e 2006	2007	2008 e 2009	2010
Presidente	Pedro Henrique Xavier		Sérgio Botto de Lacerda	Pedro Henrique Xavier		Marco Antonio Lima Berberi
Vice-Presidente	Sérgio Botto de Lacerda		Rogério Distefano	Nestor Celso Imthon Bueno	Carlos Frederico Marés de Souza Filho	
Demais membros do Conselho de Administração	Cáio Júlio César Brandão Pinto	Rogério Distefano	Pedro Henrique Xavier	Tatiana Cruz Bove Iatauro		
	Heron Arzua		Nestor Celso Imthon Bueno	José Maria Ferreira	Luiz Fernando Ferreira Delazari	Darcy Deitos
	Marcos Vinícius Ferreira Mazoni					Altevir Rocha de Andrade
	Rodrigo Bhering Andrade		Izabel Cristina Marques	Iwan Sabatella Filho	Hamilton Aparecido Gimenes i	
	Ricardo Coutinho de Sena		Josélia Nogueira Broliani	Julio Cezar de Souza Araújo Filho	Renato Torres de Faria	
	Jean-Marie D'aspe		Marlik Bentabet		Kevin Michael Altit	
	Hamilton Aparecido Gimenes		Júlio César da Silva			

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

TABELA 4 - CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE ASSINARAM OS RELATÓRIOS ANUAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SANEPAR ENTRE 2011 E 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2011	2012	2013	2014
Presidente	Fabiano Saporiti Campelo			
Vice-Presidente	Renato Torres de Faria			
Demais membros do Conselho de Administração	Michele Caputo Neto			
	Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto	Julio César Zem Cardozo		
	Christian Gulin Crivellaro			
	Kevin Michael Altit			Joel Musman
	Maurício Jandoi Fanini Antonio			
	Hamilton Aparecido Gimenes			Edson Roberto Michaloski
	Luiz Antonio Leprevost		Ezequias Moreira Rodrigues	

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2011 a 2014.

TABELA 5 - CONSELHOS FISCAIS QUE ASSINARAM OS RELATÓRIOS ANUAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SANEPAR ENTRE 2003 E 2010

* Não consta o nome e a assinatura do quinto conselheiro no documento referente ao ano de 2009.

** Não consta o nome e a assinatura do quinto conselheiro no documento referente ao ano de 2010.

CONSELHO FISCAL	2003	2004 2005	2006	2007	2008	2009	2010
Presidente	Nivaldo Passos Krüger						Moacir José Soares
Demais membros do Conselho Fiscal	Maurílio Leopoldo Schmitt		Moacir José Soares			Sabino Brasil Nunes de Campos	
	Edwal Gonçalves dos Santos						Gonçalo Bonet Allage
	Luiz Otávio Nunes West		Newton Brandão Ferraz Ramos				
	Flávio Stamm	Kenitiro Nagayama	Mario Luciano Mancini			*	**

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2003 a 2010.

TABELA 6 - CONSELHOS FISCAIS QUE ASSINARAM OS RELATÓRIOS ANUAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SANEPAR ENTRE 2011 E 2014

CONSELHO FISCAL	2011	2012	2013	2014
Presidente	Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani		Ivens Moretti Pacheco	
Demais membros do Conselho Fiscal	Ricardo Vinicius Cuman	Fabio Antonio Dallazem		George Hermann Rodolfo Tormin
	Ivens Moretti Pacheco		José Antonio Andreguetto	
	Newton Brandão Ferraz Ramos			
	Massao Fábio Oya	Vanderlei Dominguez da Rosa		

Fonte: Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR de 2011 a 2014.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T.; CARNEIRO, L. P. (2003). “Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil”. *Opinião Pública*, mai., vol.9, nº 1, p.124-147.
- BARROS, R. T. V. et al. (1995). *Saneamento - Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – vol. 2*. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG.
- BARROSO, L. R. (2007). “Saneamento básico: competências institucionais da União, estados e municípios”. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*, ago./set./out., nº11, p.1-21.
- BERTAUX, D. (1979). *Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antropologia política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BULST, N. (2007). “Sobre o objeto e o método da prosopografia”. *Politeia: História e Sociedade*, jan., vol 5, nº 1, p. 47-67.
- BOURDIEU, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- DURKHEIM, E. (2007). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- FAORO, R. (2001). *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo.
- FREY, K. (2000). “Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. *Planejamento e Políticas Públicas*, jun., nº 21, p. 211-259.
- HELLER, L.; CASTRO, J. E. (2007). “Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais”. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, set., vol.12, nº 3, p.284-295.
- HOCHMAN, G. (1998). *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs.
- MARQUES, E. C. (1999). “Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out., vol. 14, nº 41, p. 45-67.
- MATOS, H. (2009). *Capital social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus.
- OLIVEIRA, R.C. (2012). *Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Curitiba: Insigth.
- _____. (2007) *Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007*. *Sociologias*, n.18, pp. 150-169.
- RIBEIRO, J. W.; ROOKE, J. M. S. (2010). *Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde*. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Especialização em Análise Ambiental. Universidade Federal de Juiz de Fora.

SANTOS, F. F. S. (2003). *Capital social: vários conceitos, um só problema*. 84 p. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo. Fundação Getúlio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

SOUZA, C. (2003). "'Estado do campo' da pesquisa em políticas públicas no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev., vol.18, nº 51, p.15-20.

STONE, L. (2011). "Prosopografia". *Revista de Sociologia e Política*, jun., vol. 19, nº 39, p. 115-137.

http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/perfil_investidores_2012/estatuto_social_26032014; acesso em 05 de julho de 2015.

<http://site.sanepar.com.br/categoria/investidores/informacoes-financeiras/relatorios-trimestrais>; acesso em 05 de julho de 2015.

<http://www.esmaelmorais.com.br/2015/04/ministerio-publico-confirma-farra-com-cargos-comissionados-na-sanepar/>; acesso em 05 de julho de 2015.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/mp-aponta-84-cargos-comissionados-ilegais-na-sanepar-e-na-cohapar-c1e5dqpprnuz4qqufn2kgib3t>; acesso em 05 de julho de 2015.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/rixa-nomeia-pivo-do-caso-da-sogra-fantasma-como-secretario-0gj3y2iowct25bklnghoea6>; acesso em 03 de março de 2016.

<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20040310/polemico-chefe-sanepar/17065.shtml>; acesso em 20 de janeiro de 2016.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm, acesso em 30 de setembro de 2014.

DOMINANT POLITICAL GROUPS AND PUBLIC POLICY: A STUDY ON THE ADMINISTRATIVE BODY OF PARANÁ SANITATION COMPANY (SANEPAR) BETWEEN 2003 AND 2014

ABSTRACT

Public health policies that deal with the environmental sanitation are justified as essential to the exercise of citizenship and express, in particular a social consensus about its necessary formulations, implantations and administrations. So could such a consensus, legally drawn up, to promote the exercise of power and sustain the life of a certain status quo in a region? In this reasoning, this article proposes, from prosopographic and antroponômicos methods, a study of the administrative body of the Paraná Sanitation Company (Sanepar), focusing on the people who occupied these strategic positions in the company between 2003 and 2014; a period in which opposition political groups (PMDB Roberto Requiao between 2003 and 2010, and the PSDB Beto Richa between 2011 and 2014) were ahead of the company's management. Initially we will argue the hypothesis that public policies of environmental sanitation are important fomenting the necessary social capital for the exercise of power in Paraná political scene. In this sense, SANEPAR is a key institution in particular the initiatives and decisions of its governing body..

Key-words: dominant groups in Paraná policy. administrative body SANEPAR between 2003 and 2014. Power. Social capital.